

# Políticas linguísticas para o acolhimento de estudantes migrantes e refugiados em escolas brasileiras: uma entrevista com o Prof. Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz

## RESUMO

**Leandro Rodrigues Alves Diniz**

[leandroradiniz@gmail.com](mailto:leandroradiniz@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-7128-7243>

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

**Jeniffer Vitória de Souza Felipe**

[jefelipe@alunos.utfpr.edu.br](mailto:jefelipe@alunos.utfpr.edu.br)

<https://orcid.org/0009-0006-9285-8603>

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

**Samira Abdel Jalil**

[samirajalil@utfpr.edu.br](mailto:samirajalil@utfpr.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0002-2335-3269>

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Considerando os fluxos migratórios na sociedade atual, a discussão sobre como acolher pessoas migrantes se torna cada vez mais relevante, particularmente naquilo que tange a garantia de direitos básicos a essa população em sua nova morada. Essa problemática se estende à Educação, uma vez que estudantes migrantes e refugiados constituem parte significativa e, muitas vezes, negligenciada, do sistema educacional brasileiro. Nesse âmbito, faz-se importante a articulação entre os órgãos governamentais e universidades para que se possa planejar e implementar ações em prol desses estudantes, e é com isso em mente que, como parte do projeto de iniciação científica “Educação, infância e migração em Curitiba: um retrato” (UTFPR), buscamos ouvir especialistas que pesquisam sobre contextos sociolinguisticamente complexos, como o de migração. Neste artigo, apresentamos a entrevista realizada com o prof. Leandro Rodrigues Alves Diniz, que tem uma trajetória expressiva na área do Português como Língua Adicional (PLA). O enfoque dessa entrevista é justamente o que tem sido feito em nível nacional para o acolhimento de crianças e adolescentes migrantes na escola, bem como a forma que as instituições brasileiras podem agir em face à diversidade presente em nosso sistema educacional, com vistas a formar professores mais bem capacitados e com um olhar mais sensível para atuar de maneira mais informada e consciente nesses contextos. Além de discorrer sobre os programas existentes no Brasil e refletir acerca dos currículos das licenciaturas, o entrevistado também ofereceu recomendações de leitura para aqueles que possuírem interesse em se aprofundar nos estudos sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Migração. Acolhimento. Português como Língua Adicional.

Leandro Rodrigues Alves Diniz é graduado, mestre e doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é, atualmente, pesquisador visitante na Universidade de Hamburgo (Alemanha), no âmbito do programa CAPES-Humboldt. Atua, como docente permanente, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Poslin) e no Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), na UFMG. É vice-líder do grupo de pesquisa “IndisciPLAr: Português como Língua Adicional em uma perspectiva indisciplinar”, certificado pelo CNPq, membro da Comissão de Políticas Públicas da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e integrante da Comissão Técnico-Científica do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). É co-coordenador da coleção didática “Vamos juntos(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento” (NEPO), co-autor da coleção “Mano a Mano: português para falantes de espanhol” (Routledge), co-autor da “Proposta curricular para o ensino de português nas unidades da Rede de Ensino do Itamaraty em países de língua oficial espanhola” (MRE / FUNAG) e autor do livro “Para além das fronteiras: a política linguística brasileira de promoção internacional do português” (Editora da UFMG).

Considerando sua trajetória consolidada nas áreas de Políticas Linguísticas e Português como Língua Adicional (PLA), entrevistamos o Prof. Dr. Leandro Diniz. O docente compartilha, em suas respostas, alguns elementos de sua trajetória acadêmica e profissional, com foco em iniciativas relacionadas ao acolhimento de migrantes e refugiados. A entrevista enfatiza, em especial, as políticas linguísticas no Ensino básico brasileiro, considerando avanços e lacunas. Suas considerações ajudam a iluminar caminhos para que a escola brasileira reconheça a pluralidade linguística como parte constitutiva de sua realidade e como um recurso para a construção de uma educação mais justa e democrática.

**Entrevistadora** – Prof. Leandro, em que momento da sua trajetória acadêmica você sentiu a necessidade de trabalhar com políticas linguísticas e PLA?

**Diniz** – Foi em um momento bem cedo na minha trajetória acadêmica, quando ainda estava na graduação. Durante meu bacharelado em Linguística na Unicamp, participei de uma iniciação científica orientada pela Profa. Mónica Graciela Zoppi-Fontana, que se propunha, exatamente, a analisar as políticas linguísticas brasileiras de promoção internacional do português. Naquele momento, meu foco foi o Celpe-Bras, que é um marco na política linguística para o PLA. Isso se desdobrou no meu mestrado, em que procurei pensar o funcionamento do Celpe-Bras e dos livros didáticos de PLA como instâncias de gramatização<sup>1</sup>, que intervêm na relação dos sujeitos com a língua portuguesa. Já no doutorado, estudei a política linguística de promoção do português levada a cabo pelo Ministério de Relações Exteriores, analisando, em particular, os então denominados Centros Culturais Brasileiros (atualmente, Institutos Guimarães Rosa) e os leitorados.

Desde que comecei a trabalhar na UFMG, em 2013, passei a desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para demandas de políticas

linguísticas que considero particularmente relevantes e que se articulam com minha trajetória. A maior parte das orientações de iniciação científica, mestrado, doutorado, assim como supervisões de pós-doutorado, também se volta para essas demandas. Assim, as políticas linguísticas com as quais temos trabalhado abrangem o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – Português Língua Estrangeira (PEC-PLE), o Celpe-Bras, o ensino de PLA em países como a Argentina e a Guiana Francesa, a educação bilíngue de surdos e, principalmente, diferentes contextos de migração e refúgio.

**Entrevistadora** – O senhor poderia falar um pouco sobre suas últimas ações no campo da migração e refúgio?

**Diniz** – Dentre os trabalhos que tenho desenvolvido recentemente, junto com colegas e estudantes de graduação e pós-graduação, destacaria quatro. O primeiro deles é a coleção didática “Vamos juntos(as)! Curso de Português como Língua de Acolhimento”<sup>2</sup>, que coordeno juntamente com a profa. Ana Cecília Cossi Bizon (Unicamp). Essa coleção conta com o apoio do Núcleo de Estudos Populacionais Elza Berquó (NEPO/Unicamp) e do Ministério Público do Trabalho, tendo sido possível graças ao trabalho de muitos colegas – incluindo as profas. Ana Paula de Araújo Lopez (UNILA), Bruna Pupatto Ruano (Université Lumière Lyon 2), Renata Franck Mendonça de Anunciação (UFPR) e Helena Regina Esteves de Camargo (UFBA), co-organizadoras dos livros –, Silvana María Mamani (assistente editorial), Estevão Joshua Alves Henrique (diagramador) e vários (ex-)estudantes de graduação e pós-graduação. Por meio dessa iniciativa, almejamos subsidiar o trabalho de docentes que trabalham com migrantes e refugiados jovens e adultos. Ao longo do desenvolvimento dos livros, procuramos operacionalizar uma perspectiva coerente com nossa visão de que o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) deve contribuir para a valorização não só de suas culturas, mas também de suas línguas. A coleção também procura fomentar a formação crítica dos estudantes, o que inclui um investimento em sua politização e na educação do entorno, para retomar a discussão de Maher (2007). Outra característica da coleção é sua abordagem multinível, considerando a heterogeneidade dos perfis que marcam, em geral, as salas de aula de PLAc.

O segundo trabalho que destacaria é o curso autoinstrucional “Português como Língua de Acolhimento no Ensino Básico”, desenvolvido para a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, em conjunto com os colegas Gabriela da Silva Bulla (UFRGS), Laura Amato (UNILA), João Fábio Sanches Silva (UESM) e Lúcia Maria de Assunção Barbosa (UnB). O público-alvo do curso são docentes do Ensino Básico que têm trabalhado com estudantes migrantes e refugiados, ou filhos de migrantes e refugiados nascidos no Brasil, cuja primeira língua não é o português. O curso tem tido uma alta procura, estando disponível na plataforma AVAMEC<sup>3</sup>.

Uma terceira iniciativa em que tenho investido, em conjunto com colegas – em particular, com a profa. Jael Sânera Sigales Gonçalves (UFPel) –, diz respeito à mudança no artigo 5º da Portaria n. 623/2020, do Ministério da Justiça e Segurança

Pública, o qual delimita as possibilidades de comprovação da “capacidade de comunicação em língua portuguesa” para algumas modalidades de naturalização. Essas possibilidades são pouco adequadas à grande parte do público que busca a naturalização, de forma que o Celpe-Bras continua sendo a opção mais buscada pelo público, apesar das críticas feitas a esse uso do exame<sup>4</sup>. Por isso, no âmbito do Comitê de Políticas Públicas da ABRALIN, a profa. Jael Gonçalves e eu estamos em diálogo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para a alteração desse artigo<sup>5</sup>. Já avançamos bastante na discussão e nossa expectativa é de que, nos próximos meses, a nova portaria seja aprovada.

Atualmente, estou iniciando meu trabalho como pesquisador visitante na Universidade de Hamburgo, sob supervisão da Profa. Silvia Melo-Pfeifer, no âmbito do programa CAPES-Humboldt. A pesquisa tem como principal objetivo investigar o acolhimento linguístico de migrantes e refugiados em escolas alemãs, buscando oferecer subsídios para a elaboração de um currículo de PLAC para escolas brasileiras, com foco específico no Ensino Fundamental II.

**Entrevistadora** – No seu ponto de vista, os atuais cursos de licenciatura convidam os estudantes a refletirem sobre questões de invisibilização linguística e a inserção de pessoas migrantes e refugiadas no sistema educacional?

**Diniz** – Certamente, tem sido possível observar avanços nessa direção nos últimos anos. Algumas Instituições de Ensino Superior têm, hoje, disciplinas que discutem a heterogeneidade linguística do Brasil para além da heterogeneidade da língua portuguesa, contemplando uma formação inicial para o trabalho pedagógico em contextos marcadamente bi/plurilíngues. Ainda assim, há muitos alunos, inclusive de licenciaturas em Letras, que se formam sem nunca terem tido a oportunidade de pensar que podem receber em suas salas de aula estudantes que não têm o português como primeira língua. A formação do professor precisa prepará-lo para o trabalho com alunos que falam diferentes línguas, não apenas migrantes e refugiados, mas também indígenas e surdos brasileiros que não têm o português como primeira língua, entre outros públicos. Há uma heterogeneidade linguística nas salas de aula que sempre existiu, mas que hoje é mais evidente, e que precisa ser abordada de forma mais sistemática nos currículos de Letras, Pedagogia e das licenciaturas de modo geral.

**Entrevistadora** – No seu artigo “Políticas Linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro”, escrito em conjunto com Amélia Neves<sup>6</sup>, vocês analisam o trecho a seguir, do Currículo Base Comum de Minas Gerais (CBC): “É importante ter em mente que o aluno já utiliza a língua portuguesa cotidianamente. Isso significa que ele já domina pelo menos uma das variedades dessa língua e que podemos e devemos partir de seus conhecimentos intuitivos de falante da língua”<sup>7</sup>. Esse excerto do CBC, de 2008, evidencia a exclusão das crianças que não falam a língua portuguesa em casa. Na sua percepção, essa invisibilização dos estudantes migrantes e refugiados tem mudado desde então, seja na Rede Estadual de Minas Gerais, seja em outras redes de ensino?

**Diniz** – Avanços importantes vêm ocorrendo em algumas redes de ensino, principalmente no ensino municipal, mas também em algumas redes estaduais de ensino. Mas, de modo geral, diria que ainda estamos dando os primeiros passos na construção de políticas linguísticas educacionais institucionais para estudantes migrantes e refugiados. Essas políticas, quando existentes, são, muitas vezes, dependentes de ações individuais de docentes e outros profissionais da educação.

Nas escolas municipais de Belo Horizonte, especificamente, têm se fortalecido, nos últimos anos, ações voltadas para a formação de professores para o trabalho com estudantes migrantes e refugiados – e com indígenas Warao especificamente –, para a elaboração de guias para docentes<sup>8</sup>, para a oferta de cursos de PLAc e também de outras línguas que fazem parte dos repertórios desses estudantes. Merece destaque, ainda, a criação recente do Núcleo de Políticas Educacionais para Estudantes em Situação de Migração (NUPEM)<sup>9</sup>. Recentemente, uma ex-orientanda de doutorado, a Liliane Francisca Batista, professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, defendeu, na UFMG, em co-tutela com a Université Grenoble Alpes, a construção de uma política linguística para estudantes migrantes e refugiados nas escolas municipais de Belo Horizonte<sup>10</sup>.

Em Santa Catarina, há um programa muito interessante – em nível estadual – para a formação de professores de PLAc no ensino básico, e também para a oferta de cursos de PLAc para estudantes do ensino básico. Trata-se do Programa de Acolhimento ao Migrante e Refugiado (PARE)<sup>11</sup>, uma iniciativa pioneira no Brasil. Por outro lado, há estados que têm desconsiderado totalmente essa questão. Em Minas Gerais, por exemplo, os estudantes migrantes e refugiados continuam bastante invisibilizados nas políticas oficiais do Estado, de forma que não tenho conhecimento de avanços concretos em relação ao apagamento que observamos no CBC de 2008.

Em nível nacional, as ações para esse público também ainda são escassas. O MEC precisa desenvolver e fomentar políticas voltadas para o acolhimento de estudantes migrantes e refugiados, mas essa ainda não parece ser uma pauta prioritária. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como discuto no artigo com a Amélia Neves<sup>12</sup> a que você fez referência, há um apagamento desse público, embora ele seja mencionado *en passant*. Um avanço foi a criação do curso autoinstrucional “Português como Língua de Acolhimento no Ensino Básico”, disponível na plataforma AVAMEC, que mencionei anteriormente.

Em diferentes escolas, ainda observamos que questões aparentemente simples, mas fundamentais para o acolhimento de estudantes migrantes e refugiados, ou filhos de migrantes e refugiados, ainda não foram solucionadas. Por exemplo, é comum que redes de ensino não tenham dados consistentes sobre a presença desses estudantes nas escolas, o que é um passo inicial fundamental para a estruturação de políticas linguísticas. Assim, infelizmente, ainda é comum que algumas secretarias desconheçam completamente a presença desse público em suas escolas. O modo como certas informações são coletadas também pode favorecer essa invisibilização. Por exemplo, se, no ato da matrícula, se registra a

nacionalidade do estudante, sem se perguntar que língua(s) esse aluno fala em casa, perde-se uma oportunidade de mapear a presença de alunos brasileiros, filhos de migrantes ou refugiados, cuja primeira língua não é o português, e que demandam ações específicas de política linguística. Novamente, pelo efeito do funcionamento de uma ideologia monolíngue, parte-se do falso princípio de que, se o aluno é brasileiro, ele necessariamente tem o português como língua materna.

**Entrevistadora** – No seu artigo com Neves, vocês abordam também a patologização de estudantes migrantes e refugiados em escolas. Tais discentes chegam a ser encaminhados equivocadamente para serviços psicopedagógicos com queixas de “problemas de aprendizagem”, por um desconhecimento sobre processos de aprendizagem de uma língua adicional. Como esse olhar rotulador pode afetar a inserção do estudante migrante na escola?

**Diniz** – Em primeiro lugar, acho importante opor esse tipo de atitude, que patologiza estudantes que fogem de um certo padrão idealizado a partir de uma ideologia monolíngue, com o trabalho pedagógico de outros professores. Tenho conhecido docentes que fazem um trabalho primoroso com alunos migrantes e refugiados, ainda que, muitas vezes, de modo solitário e sem o devido apoio institucional. Tais professores desenvolvem, por exemplo, estratégias para valorizar as línguas e culturas dos seus estudantes e para contemplar especificidades do processo de ensino-aprendizagem de língua adicional.

Infelizmente, porém, casos de patologização de estudantes migrantes e refugiados são comuns nas escolas. Isso não é culpa do professor, e sim uma evidência de uma falha estrutural nas políticas de formação dos docentes. Uma criança ouvinte migrante que não tem a língua portuguesa como materna e vai ser alfabetizada nesse idioma não terá o mesmo processo de aprendizagem de uma criança ouvinte e falante de português. Sem uma formação para o trabalho com a interculturalidade e o plurilinguismo, a tendência de rotulação a partir de etiquetas como “déficit de atenção”, “dislexia”, entre outras, já comuns entre alunos brasileiros, é fácil de ocorrer.

Do mesmo modo, muitas vezes, formam-se facilmente estereótipos. Declarações como “ele não tem interesse por nada”, “fica dormindo na aula”, “é preguiçoso”, “não quer interagir” são comuns entre alguns professores para se referir a estudantes migrantes e refugiados. Mas como, por exemplo, um adolescente migrante recém-chegado ao Brasil manterá a atenção por horas seguidas em sala de aula, quando ela está entendendo muito pouco, ou quase nada, daquilo que o professor explica em português? Precisamos de políticas estruturadas, que se contraponham à ideologia monolíngue que marca a história do Brasil de modo geral, e a formação de docentes de modo particular. Na carência dessas políticas, os riscos de processos de patologização e estereotipificação são consideráveis, o que pode acarretar consequências nefastas para o aluno e sua família, especialmente se esses assumem os rótulos atribuídos na escola como verdadeiros.

Ao mesmo tempo, esses processos retiram da escola e dos demais agentes de políticas linguísticas institucionais a responsabilidade de educar o público migrante e refugiado: o problema estaria não nas práticas pedagógicas, mas no aluno (que é “desinteressado”, que tem “déficit de atenção” etc.) e/ou na família (que “fala pouco português em casa”, que “não colabora na aprendizagem do aluno” etc.). Em outras palavras, tais processos estão diretamente atrelados à desresponsabilização dos agentes de política educacional, e nesse sentido, à própria violação do direito de acesso à educação, garantido pela nossa Constituição.

**Entrevistadora** – No artigo, o senhor define o conceito de “discurso da falta”. Poderia falar um pouco sobre ele?

**Diniz** – O “discurso da falta” é aquele a partir do qual olhamos para sujeitos de grupos minoritizados, incluindo os migrantes e refugiados, a partir do olhar do déficit, da lacuna. É um discurso construído a partir de uma posição etnocêntrica, que define e essencializa esses sujeitos pelo que supostamente não são, não fazem ou não conseguem. Afirmações como “ele não sabe português”, “ele não sabe escrever”, “ele tem problema de letramento”, “ele mistura as línguas, não fala bem nem o português, nem a língua dele”, muito comuns para fazer referência a estudantes cuja primeira língua não é o português, precisam ser desnaturalizadas. Caso contrário, estaremos impedidos de perceber os vários saberes e conhecimentos desse público e, consequentemente, de estabelecer com eles relações de trocas interculturais.

Se pensarmos no processo de avaliação dos alunos migrantes e refugiados, muitas vezes, eles não conseguem demonstrar o que sabem fazer justamente por não terem as possibilidades de mobilizar os recursos linguísticos que fazem parte de seus repertórios. Por exemplo, se alguém avaliar os meus conhecimentos de História unicamente em uma língua em que tenho baixa proficiência, eu não conseguiria demonstrar o que eu sei ou não. Isso acontece sistematicamente com estudantes de grupos minoritizados, o que retroalimenta o funcionamento do discurso da falta.

**Entrevistadora** – Em entrevista para a Revista Re-unir, “Políticas linguísticas para o ensino de português como língua adicional: acolhimento ou silenciamento?”<sup>13</sup>, o senhor afirma que aprender uma nova língua pode representar, para alguns, um distanciamento da própria língua materna. O que deve ser feito, nas escolas, para que a criança migrante tenha uma experiência menos distanciadora de suas origens, ao mesmo tempo em que se insere em uma nova cultura?

**Diniz** – Os migrantes e refugiados, incluindo os estudantes do ensino básico, têm o direito linguístico de aprender o português, já que essa é a língua oficial e majoritária do Brasil e, em geral, a única língua de instrução no ensino básico. Esse é um direito linguístico dos estudantes, mas não o único. Também precisamos trabalhar para garantir o direito à promoção e valorização das línguas que já fazem parte de seus repertórios. Políticas que busquem trabalhar nessas duas direções

têm ganhos muito importantes. Um deles pode ser a minimização da resistência que alguns alunos podem ter em relação ao português. Nesse sentido, é preciso lembrar que, ao contrário de outros contextos de ensino de PLA, o português não é, em geral, uma língua que foi escolhida por esses estudantes. Muitas vezes, a língua portuguesa vai se apresentar como uma língua de necessidade, pois o aluno precisa aprender português para ser escolarizado, ter sucesso escolar e circular no Brasil. Então é uma língua que pode ser marcada por sentidos de “obrigação”, “necessidade” ou até mesmo “defesa”, como aparece na dissertação da Ana Paula de Araújo Lopez<sup>14</sup>, que orientei há algum tempo. Pode haver, da parte de alguns migrantes, uma certa resistência, formulada conscientemente ou não, o que, evidentemente, impactará o processo de aprendizagem do português. Uma política linguística plural, que coloque o português em relação com outras línguas que fazem parte do repertório desses alunos, pode contribuir para a redução dessa resistência ao português, entre outros benefícios significativos.

**Entrevistadora** – Quantas universidades brasileiras atualmente oferecem licenciaturas voltadas ao ensino de PLA? Na sua visão, deveriam ser criadas novas licenciaturas de PLA no Brasil?

**Diniz** – Atualmente, apenas quatro universidades brasileiras oferecem licenciaturas específicas para a formação de professores de Português como Língua Adicional/Estrangeira. A pioneira foi a Universidade de Brasília (UnB), que, em 1998, criou o curso de Português do Brasil como Segunda Língua. Depois, houve a criação da licenciatura em Português como Língua Estrangeira da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Há também a licenciatura em Letras - Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é oferecida a habilitação em Português como Segunda Língua/Língua Estrangeira. Além disso, um número crescente de IES tem iniciativas, menos ou mais institucionalizadas, voltadas para a formação de docentes na área, por meio de disciplinas optativas, projetos de extensão e iniciações científicas.

Para a criação de novas licenciaturas em PLA, considero importante realizar estudos para identificar regiões e IES estratégicas para essa demanda. Em algumas instituições, pode fazer mais sentido, por exemplo, criar uma habilitação secundária, como fez a Unicamp. Essas licenciaturas podem, conforme seus contextos específicos, formar docentes para o ensino de PLA e para a educação bi/plurilíngue de diferentes perfis de estudantes, incluindo migrantes e refugiados, estrangeiros, surdos, indígenas e sujeitos fronteiriços. Acredito, porém, que, como disse anteriormente, todo curso de Letras deveria oferecer pelo menos uma disciplina, preferencialmente obrigatória, para o trabalho com estudantes que não têm o português como língua materna, seja no Ensino Básico, seja em outros contextos. Isso amplia, inclusive, os horizontes de atuação profissional de um egresso do curso de Letras. Também seria importante que os cursos de Letras oferecessem, na medida do possível, oportunidades para que os alunos tenham experiências práticas de ensino nesses contextos, inclusive durante o estágio obrigatório.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discussão sobre políticas educacionais voltadas à população migrante é de suma importância para estudantes de graduação, profissionais da educação e para a sociedade como um todo. Embora a educação seja um direito constitucional, muitos migrantes e refugiados ainda encontram barreiras consideráveis para acessá-la de forma efetiva. Nesse cenário, torna-se fundamental que as licenciaturas incorporem essa temática em seus currículos e que o Estado desenvolva políticas educacionais consistentes voltadas a esse público. A ausência de políticas linguísticas para migrantes e refugiados se manifesta, por exemplo, na frequente falta de ações para a formação inicial e continuada de docentes interculturalmente sensíveis. É preciso, portanto, fortalecer os cursos de licenciatura para que contemplem, de maneira sistemática, a heterogeneidade linguística do Brasil e, paralelamente, implementem políticas públicas mais abrangentes que assegurem o direito à educação das crianças migrantes.

A entrevista com o prof. Leandro Rodrigues Alves Diniz evidencia que as políticas linguísticas desempenham papel central no acolhimento da infância migrante e, consequentemente, na garantia do direito à educação no Brasil. Mais do que assegurar o acesso formal à escola, trata-se de criar condições reais de aprendizagem que respeitem e valorizem a diversidade linguística e cultural dos estudantes. Os exemplos apresentados revelam avanços em algumas redes de ensino e iniciativas acadêmicas, mas também expõem fragilidades persistentes, como a formação insuficiente de professores e a carência de políticas públicas de longo prazo. A questão, como enfatiza o professor, não se limita à aprendizagem do português, mas envolve o reconhecimento e a valorização das línguas e culturas que os estudantes trazem consigo. Assumir essa perspectiva implica repensar a escola brasileira como um espaço de justiça social, no qual a pluralidade linguística não seja vista como obstáculo, mas como riqueza constitutiva da sociedade.

# Language policies for integrating immigrants and refugees in Brazilian schools: an interview with Professor Leandro Rodrigues Alves Diniz

## ABSTRACT

Considering the migration flows in current society, the discussion on how to integrate immigrants has become more relevant than ever, particularly with regard to ensuring basic rights for this population in their new place of residence. This issue extends to Education, once immigrant and refugee students constitute a significant, and many times neglected, part of Brazil's educational system. In this sense, it is essential to coordinate efforts between government agencies and universities, in order to plan and implement actions in support of these students. With that in mind, as part of the scientific initiation project "Education, childhood and migration in Curitiba: a portrait" (UTFPR), we sought to hear from experts who research sociolinguistically complex contexts, like immigration. In this article, we present the interview done with professor Leandro Rodrigues Alves Diniz, who has a notable trajectory in the field of Portuguese as an Additional Language. The focus of this interview is precisely what has been done at national level to integrate immigrant children and teenagers at the school system, as well as how Brazilian institutions can act in the face of the diversity present in our educational system, aiming at training and developing more well-qualified teachers, with a more sensitive perspective, so that they can act in a better informed and more conscious manner in these contexts. In addition to discussing the existing programs in Brazil and reflecting upon the curricula of undergraduate teaching degrees, the interviewee also offered reading recommendations for those interested in delving deeper into the subject.

**KEYWORDS:** Education. Immigration. Integration. Portuguese as an Additional Language.

# **Políticas lingüísticas para la acogida de estudiantes migrantes y refugiados en escuelas brasileñas: entrevista con el profesor Leandro Rodrigues Alves Diniz**

## **RESUMEN**

Considerando los flujos migratorios en nuestra sociedad actual, el debate sobre cómo acoger a los migrantes se vuelve cada vez más relevante, particularmente en lo que se refiere a la garantía de los derechos básicos de esta población en su nueva morada. Esta problemática se extiende al ámbito educativo, ya que los estudiantes migrantes y refugiados constituyen una parte significativa – y, en muchas ocasiones, desatendida – del sistema educativo brasileño. Así, resulta fundamental la articulación entre los órganos gubernamentales y las universidades para planificar e implementar acciones en favor de estos estudiantes. Con este objetivo en mente, como parte del proyecto de iniciación científica “Educación, infancia y migración en Curitiba: un retrato” (UTFPR), buscamos dialogar con especialistas en contextos sociolingüísticamente complejos, como el de la inmigración. En este artículo, presentamos la entrevista realizada con el profesor Leandro Diniz, que tiene una trayectoria significativa en el área de Portugués como Lengua Adicional. El enfoque abordado en esta entrevista se centra precisamente en lo que se ha hecho a nivel nacional para acoger a niños, niñas y adolescentes migrantes en las escuelas, así como en las formas en las que las instituciones brasileñas pueden actuar ante esta diversidad presente en nuestro sistema educativo, con el fin de formar docentes mejor capacitados y con una mirada más sensible para actuar de manera más informada y consciente en estos contextos. Además de abordar los programas existentes en Brasil y reflexionar sobre los planes de estudio de las licenciaturas, el entrevistado ofreció recomendaciones de lectura para quienes deseen profundizar en los estudios sobre este tema.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Migración. Acogida. Portugués como Lengua Adicional.

## NOTAS

1 Auroux, 1992.

2 Coleção disponível para download gratuito em:

<https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/colecao-vamos-juntasas/>.

3 Cf.: <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/seb/curso/15922/informacoes>.

4 Cf., por exemplo, os trabalhos de Anunciação e Camargo (2019), Martins (2020), Scaramucci e Diniz (2022), Abrantes (2024), Sigales-Gonçalves e Zoppi-Fontana (2021).

5 Cf. Diniz e Gonçalves (2025).

6 Diniz; Neves (2018).

7 Minas Gerais (2008, p. 10).

8 Cf. [https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/manuais-cartilhas-matrices?\\_goc\\_wbp\\_=0620670028CMcEnni8T8g6RoiunzUPiOzqvQ](https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/manuais-cartilhas-matrices?_goc_wbp_=0620670028CMcEnni8T8g6RoiunzUPiOzqvQ).

9 Cf. <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/educacao-e-relacoes-etnico-raciais>.

10 Batista (2025).

11 Cf. <https://sites.google.com/sed.sc.gov.br/curso2021/pare/pare-2025>.

12 Diniz; Neves (2018).

13 Cotinguiba; Diniz (2021).

14 Lopez (2016).

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Vinicius Villani. **Perfis de migrantes no Brasil**: subsídios para a discussão sobre formas de comprovação de proficiência em português em processos de naturalização. 2024. 254 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

ANUNCIAÇÃO, Renata Franck Mendonça de Anunciação; CAMARGO, Helena Regina Esteves de. O exame Celpe-Bras como política gatekeeping para a naturalização no Brasil. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**, 7(2), 10-22, 2019.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização.** Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 134 p.

BATISTA, Liliane Francisca. “**A gente não tem nada pronto, a gente tá em construção**”: a política linguística para estudantes migrantes e refugiados nas escolas municipais de Belo Horizonte”. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos / Didactique et Linguistique) – Universidade Federal de Minas Gerais / Université Grenoble Alpes, 2025.

COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Políticas linguísticas para o ensino de português como língua adicional: acolhimento ou silenciamento?: entrevista com o professor Leandro Rodrigues Alves Diniz. **Re-Unir**, Porto Velho, v. 8, n. 1, p. 231-242, jan. 2021.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves; GONCALVES, Jael Sânera Sigales. Disputando a letra da lei: uma proposta de intervenção de linguistas e linguistas aplicados na legislação migratória brasileira. **Gragoatá** (UFF), v. 30, p. e64518, 2025.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves; NEVES, Amélia de Oliveira. **Políticas linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro.** Revista X, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 87-110, jan. 2018.

LOPEZ, Ana Paula de Araújo. **Subsídios para o planejamento de cursos de português como língua de acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil.** Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. 260 p.

MAHER, Terezinha Machado. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilingüismo. In: KLEIMAN, Angela; CAVALCANTI, Marilda Couto (orgs.). **Lingüística Aplicada:** suas faces e interfaces. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007a, p. 255-270.

MARTINS, Pedro Abrantes. Lutando por legislações emancipadoras na área do Refúgio, Migração e Apatridia - análise da atuação da CSVM na UFPR no processo de elaboração da Lei do CERMA, Lei de Migrações e Portaria MJ sobre Celpe-Bras. In: GEDIEL, José Antonio Peres; FRIEDRICH, Tatyana Scheila. (org.). **Movimentos, memórias e refúgio:** ensaios sobre as boas práticas da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (ACNUR) na Universidade Federal do Paraná. Curitiba: InVerso, 2020. p. 258-263.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Curriculo Básico Comum do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa, 2008.** Disponível em: <https://sreleopoldina.educacao.mg.gov.br/atendimento/145-matriz-curricular>. Acesso em: 08 jan. 2025.

SCARAMUCCI, Matilde Virgínia Ricardi; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Avaliação de proficiência em português em processos de naturalização no Brasil. **DELTA**, v. 38, p. 1-57, 2022.

SIGALES-GONÇALVES, Jael Sânera; ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. O direito como instrumento de políticas linguísticas no espaço de enunciação brasileiro: questões para a Análise materialista de Discurso. *Linguagem & Ensino*, v. 24, n. 3, p. 625-645, jul./set. 2021.

#### RECOMENDAÇÃO DE LEITURAS E CURSOS ONLINE SOBRE O TEMA

BIZON, Ana Cecília Cossi; SCARAMUCCI, Matilde Virginia Ricardi (org.). **Formação inicial e continuada de professores de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua no Brasil**. Araraquara: Letraria, 2020. 246 p.

BIZON, Ana Cecília Cossi; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves (orgs.). Dossiê Especial - Português como língua adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens. *Revista X*, v. 13, n. 1, p. 1-350, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v13i1>. Acesso em: 04 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. **Português como Língua de Acolhimento no Ensino Básico** (curso autoinstrucional). Disponível em: [https://avamec.mec.gov.br/?trk=public\\_post\\_share-update\\_update-text](https://avamec.mec.gov.br/?trk=public_post_share-update_update-text). Acesso em: 04 fev. 2025.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. **Monolinguismo e plurilinguismo na política linguística exterior brasileira**. In: MARTINS, Alexandre Ferreira et al (org.). **Livro do Simpósio 3º Conecta Leitores: os 70 anos do programa leitorado - pluralidade e heterogeneidade de línguas e culturas do brasil**. Brasília: FUNAG, 2024. Cap. 5. p. 47-58.

**Recebido:** 31 ago. 2025

**Aprovado:** 29 out. 2025

**DOI:** 10.3895/rtr.v10n0.20806

**Como citar:** DINIZ, L. R. A.; FELIPE, J. V. S.; JALIL, S. Políticas linguísticas para o acolhimento de estudantes migrantes e refugiados em escolas brasileiras: uma entrevista com o Prof. Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz. *R. Transmutare*, Curitiba, v. 10, e20806, p. 1-14, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Jeniffer Vitória de Souza Felipe

[jfelipe@alunos.utfpr.edu.br](mailto:jfelipe@alunos.utfpr.edu.br)

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

